



I Assembleia dos povos indígenas de Goiás e Tocantins

DISCUSSÃO SOBRE GRANDES PROJETOS MARCA ENCONTRO



Um misto de alegria e preocupação marcou um evento muito esperado. Alegria por reunir culturas diferentes da região, reencontrar amigos, valorizar a cultura. Preocupação por saber que várias questões sérias seriam tratadas e pediam - ainda pedem - solução imediata. Foram vários encontros preparatórios há cerca de um ano para que a I Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins fosse realizada. Krahô, Karajá de Aruanã, Apinajé, Xerente, Krikati, Karajá de Xambioá, Krahô Kanela, Javaé e Tapuia... Reunidos em Palmas, entre os dias 24 e 27 de maio, os mais de 350 indígenas puderam apresentar seus problemas, discutir soluções, fazer intercâmbio de culturas, no evento realizado no campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Palmas.

Mas, de antemão, já se pode dizer que a grande conquista do encontro foi a busca de um objetivo comum: cada povo tomar as rédeas de sua existência, com autonomia, fazendo valer seus direitos. Em quatro dias, os indígenas discutiram temas variados como a conjuntura da política indigenista, o papel da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a reestruturação da Funai, os problemas no atendimento à saúde e educação e grandes projetos que impactam suas terras e mudam as dinâmicas naturais.



Projetos do PAC

O evento foi marcado por desabafo e falas emocionadas sobre os impactos causados pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, previstas para a região, e os problemas no atendimento à saúde e educação. Para as lideranças, tais obras trarão somente sofrimento e morte para suas comunidades. Visão bem diferente da divulgada pelo governo, que continua afirmando que os empreendimentos trarão desenvolvimento e melhores condições de vida para as populações indígenas do país.

Antônio Apinajé, liderança de seu povo, juntamente com outras lideranças indígenas, compôs uma mesa para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os projetos vislumbrados de crescimento econômico. Revoltado, ele disse não entender como o governo pode gastar tanto com certas questões e quase nada com outras. “Se o dinheiro que o governo gasta com tantos projetos destruidores fosse gasto com políticas públicas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, era muito melhor para nós, povos indígenas, pois ficaríamos vivos!”, declarou.

Águas para a morte - Dentro das grandes obras, as barragens são as que mais afetam os índios da região e o fato ficou claro no encontro. De acordo com os dados coletados pelo Conselho Indigenista Missionário, existem cerca de 430 projetos de empreendimentos que afetam áreas indígenas e a maioria é de obras hídricas, com 144 projetos. No estado do Tocantins são 16 empreendimentos hidrelétricos e em Goiás, 17, como colocou o secretário adjunto do Cimi, Saulo Ferreira Feitosa. Antônio Apinajé também questionou a falta de investimento em pesquisas nas universidades para outras formas de energia que não as geradas por hidrelétricas e afirmou: “Vocês já sabem o

que está acontecendo com os povos do Xingu, minha gente! Pois nós não podemos deixar que essas barragens continuem. Vamos continuar dizendo que barragem não é bom!”.

Selma Xerente deu exemplos de como a questão das barragens afeta a vida de seu povo. “Antes a gente banhava no rio Tocantins, mas agora não pode mais porque a água fica parada por causa de Lageado (Barragem do Lageado), e a gente pega doença de pele. Eu achava que a energia dessa hidrelétrica ia para gente, mas foi para outro país”. Sem rodeios, Selma se mostrou insatisfeita com a sociedade que não respeita os indígenas e desenvolve cada vez mais projetos de destruição. “Esse povo da capital só conhece o dinheiro. Eles maltratam nossa terra, que é a nossa mãe. É o dinheiro que vai encher a barriga deles? Não é!”, desabafou.

Dona Maria da Flor, do povo Krahô, também reclamou da falta de respeito com seu povo e sua terra. “Eles matam nossos peixinhos, a nossa terra já é pequena e eles ainda querem pegar mais! A barragem não serve para o povo, serve para aqueles que têm carro e avião”. Mas a indignação de dona Maria não é só do povo indígena. Dona Raimunda Quebradeira de Côco, uma ilustre convidada da mesa, deu seu depoimento de luta e resistência. Contou seu passado no Maranhão com sua família de agricultores e quebradeiras de côco. “Eu estou falando aqui do que eu já vi e do que eu entendo. Vocês estão no caminho certo para brigar por seus direitos. A gente come o pão que o diabo amassou para conseguir nossa terrinha e quando a gente consegue, vem a barragem e acaba com tudo!”, ressaltou.

Numa fala que lembrava muito as lutas dos povos indígenas, dona Raimunda mostrou que a peleja dos povos indígenas é a mesma dos ribeirinhos e pequenos agricultores e que é preciso lutar juntos, sabendo que o combate é, na maioria das vezes, bastante desigual.

Grandes plantações - Outro ponto forte de discussão no encontro foram as grandes plantações de soja que invadem as terras indígenas, poluem os rios e devastam o meio ambiente. Terra sagrada, mãe para os povos. “Para nós, não há dinheiro, mas para os fazendeiros há. Parece que eles são Deus! Chega de doença, de dor de cabeça! A gente está doente com os venenos das plantações que caem aqui no rio”, disse Selma.

“Os fazendeiros já têm as fazendas deles. Eles vão dar essas terras pra gente? Não vão. Então, eu não quero perder minha terrinha para barragens e plantações de soja”, disse dona Maria da Flor. Ela ainda desabafou: “Políticos, não fiquem enganando o povo! Isso é covardia com os Krahô!”.

Para as lideranças presentes, é complicado entender essa lógica de destinar um montante maior de recursos para obras que causam destruição, enquanto muito indígenas passam necessidade e morrem por falta de assistência médica adequada. “Alguém aqui come eucalipto?”, questionou Antônio. E completou. “Plantam eucalipto para atender a ganância da Vale. E a soja só serve para o estrangeiro, para a exportação! Esses projetos, o governo apóia!”.

Discutindo educação

A educação foi o último grande tema a ser tratado numa mesa específica, no dia 27 de maio. Manuel Karajá fez uma exposição geral sobre a educação escolar indígenas e as muitas falhas que ainda existem. Segundo ele, a educação escolar indígena não é diferenciada na grande maioria das comunidades, e que esta diferenciação existe só no papel. “A gente usa material do branco, não temos calendário próprio!”. Além disso, Manuel também questionou a construção das escolas que, se não atrasam, são mal feitas. Sobre a atuação dos professores que atendem as comunidades, ele ressaltou que



muitos não cumprem horários. “Eles param a aula no meio da semana e não vêm mais”.

Socorro Theisen, missionária do Cimi Regional Norte I, fez uma exposição sobre os territórios etnoeducacionais: novo modelo de gestão, áreas geográficas, as relações entre os povos e a filiação linguística como critérios de criação destes territórios. Socorro também ressaltou a dúvida que se tem sobre esta gestão, se todos os envolvidos (Funai, MEC, Povos



tégia para fazer a lei dos territórios etnoeducacionais sair do papel é o controle social. “Os indígenas devem participar das decisões e da administração dos recursos!”. Ela também destacou os órgãos de controle que também são espaço de diálogo importante, como o Conselho Nacional de Educação, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena e a própria Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Na universidade - Como uma das participantes da mesa sobre educação, a pró-reitora de extensão e cultura da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Marluce Zacariotti, falou sobre a importância do evento dentro da UFT. “Quando fomos contatados para sediar o evento, achei a oportunidade excelente, pois a UFT é ousada em relação a estas questões. Temos mais de cem alunos indígenas aqui”, ressaltou.

Para ela, a presença indígena é a democratização do acesso. “Acredito que a cota é uma solução momentânea. O segundo momento é a articulação, que é muito necessária entre povos indígenas, universidades e instituições. Um exemplo é o Cimi, que abre um espaço muito bom de discussão com a UFT”, declarou.

Desafios – De acordo com a pró-reitora, os desafios ainda são grandes. “O problema vem da base. O ensino fundamental e o médio para os povos indígenas ainda é bem fraco, o que pode resultar na saída do aluno indígena da instituição por não acompanhar o nível. E esta questão não depende de boa vontade da universidade”. Marluce destacou que a questão dos territórios etnoeducacionais pode ser uma solução para os problemas no ensino básico. Os alunos da UFT que puderam dar depoimentos reafirmaram que a base ainda é fraca e que, além disso, os jovens indígenas sofrem com o alto custo de vida, dos materiais e dos livros, etc. Muitos solicitaram também que a Universidade cobre

uma declaração das comunidades para que reconheçam o aluno como indígena daquele povo, evitando assim, as fraudes.

Outro desafio é o retorno à comunidade. Para a pró-reitora, a volta do aluno para sua aldeia pode se dar de diferentes formas e são igualmente importantes. “Acho que o aluno pode juntar técnica e cultura e voltar para sua aldeia com o que aprendeu, ou mesmo fazer representações fora, em outros espaços, representando os povos indígenas em geral, fazendo parte das estruturas de poder. Acho que assim a evolução do ensino será cada vez maior”, finaliza.

Celebração de vitórias

Engana-se, no entanto, os que acham que a Assembleia se resumiu a queixas e manifestações contra os problemas. O momento também foi de partilha e celebração. Celebração e alegria pelas vitórias alcançadas ao longo de tantos anos de luta, vencendo muitas vezes as barreiras do preconceito, da dor, da violência e da falta de condições dignas de subsistência.

Durante os intervalos, os indígenas apresentavam rituais tradicionais de seu povo, com músicas e danças. Tudo regado a muita alegria e esperanças de dias melhores. Grupos culturais da capital, como o Ritmo e Tom do projeto Arte e Fato, marcaram presença no encontro, onde trocaram experiências com os indígenas. Também se apresentou um grupo de quadrilha local.

Entendendo a conjuntura

Durante a assembléia também houve momentos para se discutir a conjuntura indigenista e questões relacionadas à reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A mesa “Política Indigenista, conjuntura nacional e regional, CNPI e reestruturação da Funai” contou com a participação de Saulo Feitosa, secretário adjunto do Cimi, Kohaulue Karajá, representante da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e Cleso Moraes, coordenador da Funai no Tocantins. Apesar da amplitude do tema colocado para a mesa, o assunto mais comentado e questionado foi a reestruturação do órgão indigenista do governo. Nos debates, a maioria dos indígenas ainda queria entender o porquê da reestruturação, o porquê de não terem sido consultados para tal mudança, além da demora nas modificações anunciadas para depois da assinatura do Decreto 7.056/2009.

Cleso F. de Moraes ressaltou em sua fala os benefícios da nova estrutura do órgão, mas acabou sendo criticado pelos indígenas da platéia, pois não sanou grande parte das dúvidas colocadas. Segundo ele, a Funai tem agora um novo modelo de relação com as comunidades, numa gestão compartilhada. Ele também afirmou por várias vezes que a reestruturação é uma solicitação antiga dos povos indígenas, que estavam cansados do modelo assistencialista, paternalista.

Durante o debate, os indígenas questionaram, revoltados, a falta de consulta aos povos indígenas para que a mudança no órgão acontecesse. Outras lideranças, como Ivan Guarani, também pediram que a mudança da Funai não fosse apenas de infraestrutura, mas também de pessoal e de condução política. “A Funai não defende o povo, como diz a Constituição. Várias barragens estão surgindo e a Funai serve apenas de respaldo para essas obras de destruição!”, desabafou. Outros indígenas questionaram a demora para o início das mudanças. “Essa mudança da Funai deu muito atraso. Hoje não temos recursos porque tudo mudou e está uma confusão que ninguém entende”, ressaltou Bonfim Xerente.

➔ Diante de repetidos questionamentos, a resposta do coordenador muitas vezes também se repetiu. “Os problemas não se resolvem de um dia para o outro, existe muita burocracia”, afirmou. Para os indígenas, não haveria resposta pior.

Momento político - Em sua fala, Saulo apresentou de modo geral os desafios comuns para que os povos indígenas possam entender o que acontece no âmbito da política indigenista no Brasil. Entre os grandes temas citados pelo secretário, foram colocados o período de eleições e a corrida eleitoral, como grande influência nas lutas dos indígenas. Ele também identificou como as maiores lutas, a demarcação das terras indígenas e a criminalização das lideranças que, na luta por suas terras, acabam sendo presas, processadas e perseguidas, como no caso do cacique Babau. Segundo ele, os locais com a presença mais forte de criminalização são o estado do Mato Grosso do Sul, com os Guarani Kaiowá, a Bahia, com os indígenas Tupinambá, e Pernambuco, com o povo Xucuru, onde 44 lideranças foram condenadas por crimes que sequer cometeram.

Outros elementos preocupantes da conjuntura foram citados, como



a reestruturação da Funai com o Decreto 7.056, sem consulta prévia aos indígenas, o planejamento do Acampamento Terra Livre deste ano e a criação da Secretaria de Saúde Indígena.

Mistura de ritmos

A I Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins contou com a mistura de ritmos, culturas e artesanatos. Já na abertura do encontro, os Krahô, os Apinajé e os Xerente apresentaram danças ritu-

ais de suas culturas. Os indígenas também puderam assistir à apresentação do grupo de percussão Ritmo e Som, do Projeto Arte e Fatos, trazendo para o início do encontro um pouco dos sons africanos de além mar. Em outras noites culturais, os indígenas puderam assistir a uma apresentação de quadrilha do grupo Forró da Liberdade e ao teatro do grupo Arte-Fato

Cada povo também trouxe seus artesanatos, suas pequenas obras de arte. Com capim dourado, palhas, sementes, formaram colares, brincos, cestos, esteiras que

encantou muita gente que não se contentava em levar apenas um objeto.

Entre discussões e apresentações também foram apresentadas fotos dos encontros preparatórios para a assembleia em cada comunidade, e vídeos, entre eles um pequeno documentário sobre o descontentamento dos indígenas do Xingu com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O filme prendeu a atenção dos presentes, com depoimentos fortes e mais um exemplo da força da luta dos povos indígenas.

Funasa: protagonista de problemas

A saúde ganhou grande destaque no encontro, pois a questão já é bem grave para as várias comunidades participantes. No terceiro dia de assembleia, a saúde seria tema da mesa da manhã. Porém, um dos convidados mais esperados pelos indígenas não compareceu: o coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Tocantins, José Inácio da Silva. Cansados de esperar, cerca de 300 indígenas se dirigiram à sede do órgão em Palmas, em busca de respostas para essa falta. Cada família indígena já sente em seu cotidiano a ausência da Funasa em muitos casos. Naquela quarta-feira, não deixaram o órgão se esquivar de explicações.

Numa ação totalmente pacífica, em frente ao luxuoso prédio da fundação, foram feitos protestos, danças rituais, e as lideranças puderam gritar, no microfone, por seus direitos. Durante a manifestação, os indígenas foram acompanhados por viaturas da polícia, que ficaram estacionadas em frente ao prédio da Funasa. No entanto, nada tiveram a fazer, pois a ação dos indígenas foi totalmente tranquila e legítima. Depois de algum tempo de manifestos, chega a notícia: José Inácio havia se dirigido para o local do evento – com cerca de duas horas e meia de atraso.



Cobrando explicações

De volta ao local da assembleia, os indígenas retomaram a pauta de reivindicações, fazendo os desabafos e cobranças ao coordenador. Wagner Krahô, como diversas lideranças, reclamou da falta de carro para emergência, da falta de local adequado para se armazenar medicamentos na aldeia e até mesmo um local para que a enfermeira pudesse fazer um bom atendimento. “As obras de saneamento também começam e nunca terminam”, ressaltou.

Paulo Javaé pôde falar com a propriedade de um conselheiro distrital de saúde indígena. “Nossa saúde está precária, a gente sente na

pele. E como conselheiro, me sinto impotente, pois fazem pouco caso de nossos pedidos”, disse. Segundo ele, o saneamento básico é realmente precário, o que perpetua um ciclo vicioso de doenças, busca por hospital e remédios e o mau atendimento e mortes à míngua.

Muitos depoimentos são marcantes, como o de Carlos Apinajé, que relembra o caso de uma criança doente de sua comunidade que morreu por falta de atendimento. “Quando a gente consegue uma consulta, a gente vai lá e eles dizem que a consulta atrasou e que é preciso remarcar e assim vai virando uma bola de neve sem nunca conseguir o atendimento adequado”, declarou.

Durante o debate, os indígenas escutaram várias vezes como justificativa a falta de recursos. “Os nossos recursos não foram atualizados como o salário mínimo. Então fica complicado contratar recursos humanos, pois os médicos e enfermeiros não entram aceitando baixos salários”, afirmou José Inácio, justificando a falta de profissionais. Ele também reconheceu que a logística é deficiente. “Mas temos 22 projetos de construção e reformas de postos de saúde”, afirmou. Sabendo de tais projetos, resta aos indígenas cobrar para que sejam colocados em prática.